

A ordem: "É proibido gastar"

por Getúlio Bittencourt
de Brasília

O presidente interino José Sarney fez quatro intervenções pessoais ao ler ontem, pela manhã, no Palácio do Planalto, o discurso de aproximadamente 2.500 palavras que o presidente Tancredo Neves faria na primeira reunião do Ministério. Em duas delas, Sarney lembrou que lia o texto do presidente. Em outra, pediu silêncio no Salão Leste do Palácio, onde o Ministério se reuniu para ouvi-lo.

A mais importante de todas foi para pedir aos ministros especial atenção a uma frase colocada no meio do discurso presidencial, logo depois que o presidente Tancredo pede à sua equipe para fazer um levantamento da situação financeira de cada Ministério em três meses:

"Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte: 'É proibido gastar'".

O ministro da Fazenda,



José Sarney

Francisco Dornelles, defende essa posição — e essa frase — há meses. A idéia é aproveitar parte desses recursos congelados numa multiplicidade de pequenas obras em todo o País para maximizar a oferta de emprego a curto prazo.

Como o próprio ministro Dornelles já explicou a este jornal, a proibição de gastos governamentais se refletirá numa redução do déficit público e, conseqüentemente, numa redução da taxa de juros. O quadro estaria então pronto para uma retomada do crescimento em termos não inflacionários, a partir de três premissas básicas:

1. Um atento acompanhamento dos preços, que serão pressionados com a nova massa de salários que a economia brasileira vai absorver através da redução do desemprego.

2. A ampliação da produção industrial sem efeito inflacionário, na medida em que as empresas estão com capacidade ociosa e não precisam de novos investimentos para produzir mais a curto prazo.

3. O aproveitamento da infra-estrutura básica criada pelos investimentos de governos anteriores, como no setor energético, com as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí.

No discurso lido pelo presidente interino são criadas oito comissões extraordinárias, cujos decretos ele assinará hoje, e que vão cuidar da reforma tributária; dos incentivos fiscais; da lei penal financeira; dos benefícios e "mordomias" oferecidos pelo setor público; dos pagamentos em dólar feitos a funcionários brasileiros no exterior; da unificação dos orçamentos federais; da reforma educacional; e da reorganização constitucional do País.

A Nova República deve conviver com a Velha República até a posse do presidente Tancredo Neves. O presidente interino deve assinar hoje a nomeação dos auxiliares diretos dos ministros, mas a composição do segundo escalão é de natureza política e será coordenada pessoalmente por Tancredo Neves. Tomam posse apenas aqueles já definidos antes de sua operação, na quinta-feira passada, e nomes que o ministro da Fazenda deverá submeter a ele no Hospital de Base.

A maioria dos políticos ouvidos domingo por este jornal acredita que a operação do presidente eleito pode trazer dois benefícios inesperados para a Nova República. O choque com a doença presidencial reduziu drasticamente as pressões políticas e econômicas sobre o novo governo, numa trégua tácita que talvez dure dois ou três meses. Além disso, o episódio pode ter mostrado a Tancredo Neves que ele, forte e lúcido aos 75 anos, precisará descentralizar o poder para sobreviver sem traumas.